

Enfrentamento à patologização e à homofobia

in *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*
Publicação do Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 229 - 238

Paulo Roberto Ceccarelli¹⁰⁰

Inicialmente gostaria de agradecer pelo convite do CFP para estar aqui hoje, assim como pela presença de todas e de todos. É um prazer estar aqui com vocês. Sempre é difícil falar depois do Marcos Vinícius, por quem tenho uma grande admiração de longa data.

Gostaria de dizer o quanto fiquei surpreso ao saber que a Resolução, de cuja elaboração eu fiz parte (Resolução CFP 001/1999), estava sendo objeto de questionamento pelo Ministério Público. Estive um longo tempo fora do Brasil e não estava a par dos fatos. Foi hoje cedo, no café da manhã, que me inteirei da extensão dos acontecimentos.

Pergunto-me se o Conselho Federal de Psicologia não deveria convocar uma plenária para ouvir os dois lados. Acho que a melhor forma de discutir esta questão seria chamar as pessoas que defendem as propostas do Ministério Público, não em um caráter punitivo, mas para um diálogo. Deveríamos nos reunir com os psicólogos que acham que o homossexual é doente, que tem de se curar, que vai para o inferno, ou qualquer outra coisa, reunir-nos com eles para ouvi-los, saber o que pensam. E, por outro lado, para colocar o que nós defendemos. Acho que criaríamos um diálogo que seria muito interessante para ambas as partes. Gostaria muito de participar desse debate, se ele ocorrer. Acredito ser esta a única maneira de sairmos deste imaginário em que um lado não compreende bem o outro. Vamos ouvi-las, saber em que se baseiam, que teorias as sustentam. Seguramente, este diálogo vai trazer coisas boas para ambos os lados.

Minha contribuição para o debate de hoje vem de minhas reflexões a partir do trabalho que tenho feito há mais de vinte anos sobre questões ligadas à sexualidade. Sempre foi instigante para mim tentar compreender

¹⁰⁰ *Psicólogo; psicanalista; doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; pós-doutor pela Universidade de Paris VII; membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; sócio de Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; membro da "Société de Psychanalyse Freudienne", Paris, França; membro fundador da Rede Internacional de Psicopatologia Transcultural; professor adjunto III da PUC-MG; pesquisador e orientador de pesquisa credenciado na pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará, em Belém; professor na pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas Esuda – Associação Recifense de Educação e Cultura, Recife, PE. e-mail: pr@ceccarelli.psc.br / homepage: www.ceccarelli.psc.br

por que na cultura ocidental a sexualidade, dimensão fundamental e constituinte do ser humano, é algo complicado, podendo chegar a ser um tabu sobre o qual existe quase uma proibição de se falar. Para a maioria, questões ligadas à sexualidade são muito mais chocantes do que outros atos cujas consequências vão bem mais além de problemas de alcova. Um exemplo emblemático desse tipo de situação foi o que aconteceu, há alguns meses, quando Tiger Woods, famoso jogador de golfe norte-americano, desculpou-se na televisão perante a nação, por ter traído a mulher. Questões de foro íntimo transformam-se em acontecimentos nacionais em um país que se vê no direito de impor absurdos a outros países, visando apenas a interesses nacionais. Disso, quase nada se fala.

Recentemente participei de um debate em que se relembrou as terríveis consequências do embargo que os Estados Unidos impuseram ao Iraque de Saddam Hussein. Por falta de medicamento, milhares de pessoas, sobretudo crianças, morreram. A pessoa que relatou o fato o classificou como “o maior holocausto contemporâneo”. Mas o que quero chamar a atenção é que pouco, para não dizer nada, foi veiculado à imprensa internacional e muito menos à norte-americana. Entretanto, acontecimentos ligados à sexualidade, perduram muito tempo na mídia dos EUA. Lembremos o que ocorreu na época do presidente Bill Clinton, o segundo presidente norte-americano ameaçado e impeachment, devido ao escândalo envolvendo Monica Lewinsky.

Mas retomemos o tema da nossa mesa: *Enfrentamento à patologização e à homofobia*. Seguramente, não é uma tarefa fácil.

Começemos pelo termo: *homofobia* (*homo* = igual, *fobia*, do Grego *ἰσόφοϛ* “medo”) é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra o mesmo, contra o igual. Ele agrupou os dois radicais gregos para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades, o que pode incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação.

Mas de onde vem, na nossa cultura, essa discriminação contra a homossexualidade? Contra “o amor que não ousa dizer o nome”? Por que a insistência em patologizar essa expressão da sexualidade? Embora a atração sexual entre pessoas do mesmo sexo exista desde a aurora da humanidade em todas as culturas, a época e o local determinaram o tratamento que se deu a essa manifestação da sexualidade: prática comum e bem tolerada na Grécia, na Pérsia, em Roma e na China, mas condenada entre os assírios, os hebreus e os egípcios. O advento do cristianismo fez da homossexualidade um dos maiores pecados e, em vários períodos, um crime passível de morte. Entre os índios brasileiros, assim como em algumas sociedades africanas, as reações diante do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo variam desde a aceitação, como uma expressão legítima da sexualidade, até a rejeição absoluta (CECCARELLI, 2008). Apenas um exemplo: a vida sexual dos Mehináku, um grupo indígena que vive às margens do rio Xingu no Brasil central, é impressionante. Eles falam com entusiasmo e abertamente sobre todos os aspectos do sexo, com um discurso compartilhado por todos. A realidade desses indivíduos e a ordem sobrenatural que os rege – seus mitos – são erotizados em grau surpreendente (GREGOR, 1987). Isto significa que as inúmeras manifestações da sexualidade, assim como as formas de afetividade, só podem ser entendidas quando levamos em conta o momento histórico e a cultura em que emergem: a vivência da sexualidade e da afetividade é sempre uma construção (CECCARELLI & SALLES, 2010). Nessa perspectiva, não podemos falar de homossexualidade na Antiguidade ou em outras culturas nas quais a sexualidade não é marcada, como no caso da cultura ocidental, pelo par excludente hétero/homo; ou um ou outro¹⁰¹.

A noção de uma sexualidade “normal”, cujo desvio é considerado uma depravação definida como «contra a natureza», é uma construção

101 Nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2010 aconteceu na UFPA, em Belém do Pará, o I Encontro Internacional de Psicopatologia Transcultural. Na ocasião, profissionais de várias áreas debateram noções e conceitos tais como corpo, sexualidade, perversão, doença, cura, amor, morte e outras tantas, em uma dimensão transcultural, ou seja, a partir de diferentes imaginários culturais e em perspectivas socio-históricas. Existe homofobia em todas as culturas? Movimentos LGBT? Enfim, como a sexualidade é tratada em culturas diferentes? Como variam transculturalmente as referências que determinam o masculino/masculinidade e o feminino/feminilidade? (Um livro como os trabalhos apresentados será publicado em breve pela UFPA.)

socio-histórica que encontra sua base na concepção teológica de uma Natureza Humana. Esta posição, derivada do pensamento grego, postula a existência de inclinações naturais nas coisas. Incorporada à tradição judaico-cristã, e acrescida da ideia de pecado, ela passou a constituir as bases dos valores morais da cultura ocidental. Alegando-se uma natureza comum aos homens e aos animais, toda vez que a sexualidade desvia da finalidade primeira, natural e universal que a referência animal nos mostra – união de dois órgãos sexuais diferentes para a preservação da espécie – estamos diante de uma perversão, ou seja, de uma prática sexual contra a natureza: pedofilia, masturbação, heterossexualidade separado da procriação, homossexualismo, sodomia...

Esse discurso teológico levou a ações jurídicas destinadas a reprimir todo ato “contra a natureza”. As práticas perversas foram consideradas um atentado ao pudor ou à opinião pública, acarretando severas sanções.

A psiquiatria clássica que surge no século XIX dá continuidade às posições teológicas e jurídicas. Por outro lado, ela alega que aqueles que tem práticas sexuais contra a natureza devem ser tratados e não punidos: o que é penal passa a ser da ordem médica. Algumas práticas sexuais são então qualificadas de “patológicas”, o que faz surgir novas formas de perversões e novas nomenclaturas na tentativa de definir a sua especificidade. É assim, por exemplo, que o médico húngaro Benkert cria em 1869 o termo de “homossexualismo” a fim de transferir do domínio jurídico para o médico esta manifestação da sexualidade. Entretanto, a atitude do Dr. Benkert, ao despenalizar o homossexualismo teve consequências que foram potencializadas no século XX, pois o sodomita que praticava atos jurídicos proibidos transforma-se, no século XIX, no personagem homossexual que tem “um passado, uma história e uma infância; uma morfologia também, com uma anatomia indiscreta e talvez uma fisiologia misteriosa. Nada de seu todo escapa à sexualidade... O homossexual transforma-se numa espécie” (FOUCAULT, 1976, 59). O sujeito passou a ser julgado, valorizado, aceito ou rechaçado a partir de sua prática sexual. Estão aqui lançadas as bases para aquilo que em nosso século será acentuado: os comportamentos sexuais são transformados em identidades sexuais.

Com a psicanálise aprendemos que o ser humano é regido pela dimensão do desejo, submetido aos destinos pulsionais, frustra qualquer

apreensão direta de sua finalidade. Ao buscar o prazer, a sexualidade escapa à ordem da natureza e age a serviço próprio, “pervertendo” seu suposto objetivo natural: a reprodução. Porém, subordiná-la unicamente a esta função “é um critério demasiadamente limitado” (FREUD, 1917, 378). Isso vem mostrar à biologia, à moral, à religião e à opinião popular, o quanto elas se enganam no que diz respeito à natureza da sexualidade humana: a sexualidade humana é, sem si, perversa, pois não possui uma finalidade específica. Ou seja, em se tratando de sexualidade, não existe “natureza humana”, pois a pulsão sexual não tem um objeto único e muito menos pré-determinado biologicamente.

Tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade são posições libidinais e identificatórias que o sujeito alcança dentro da particularidade de sua história: as duas formas de manifestação da sexualidade são igualmente legítimas. Tratar as homossexualidades como perversão, patologia, pecado e outros tantos adjetivos é uma visão reducionista e preconceituosa, reflexo do imaginário judaico-cristão, que privilegia problemas de alcova – situando os principais pecados da humanidade nos quartos de dormir! – deixando fora do debate as verdadeiras questões éticas.

Seja como for, a sexualidade no Ocidente, a despeito de tanta “evolução”, continua a ser um problema, e chego mesmo a pensar que estamos assistindo a construção de uma nova ordem repressiva (CECCARELLI, 2010). A questão é que a nossa cultura, assim como aquelas que têm por referência de valores as três religiões monoteístas – cristianismo, judaísmo e islamismo – partem de uma ideia de uma sexualidade primeira, de origem: a heterossexual. Embora essa forma de sexualidade seja a única aceitável, como vimos, uma construção social, ela é apresentada como uma revelação, e essas revelações fazem parte dos ideais identificatórios constitutivos tanto do eu quanto do superego.

Ao mesmo tempo, é curioso observar como, ao longo da história, manifestações homofóbicas surgem, ou melhor, ressurgem, sempre que a questão da homossexualidade começa a ganhar mais visibilidade, graças aos movimentos LGBT. A homofobia, que se manifesta por meio de crimes, agressões, intolerância, sugere que o recurso à violência é uma maneira de expulsar a violência do próprio sujeito. (GIRARD, 2004).

Por meio da violência, o indivíduo tenta evacuar o insuportável da diferença que o outro lhe mostra; é uma tentativa de garantir a qualquer preço a verdade individual que se vê ameaçada quando outra forma de pensar, outro jeito de ser – outra sexualidade, os movimentos feministas, as reivindicações das minorias – enfim, outra organização simbólica, mostram-nos que a verdade é uma invenção interpretativa, cujos conceitos são datados, e que dura até que outra verdade venha substituí-la (FOUCAULT, 2000/1979). Todos os movimentos que acarretam mudanças sociais são, na grande maioria das vezes, mal recebidos, por ameaçar a hegemonia discursiva dominante.

Um exemplo interessante: em Berlim, no fim do séc. XIX, havia mais de 40 bares gays e uma centena de publicações. Duas revistas – *Der Eigene* e *Sappho und Sócrates* – eram facilmente achadas nas bancas de jornal. *Der Eigene*, fundada em 1886 pelo fotógrafo, poeta e anarquista Adolf Brand, foi o primeiro jornal no mundo dirigido ao público homossexual em defesa de seus direitos. Ela tinha na Grécia Antiga o exemplo de ideal da “cultura masculina”. No mesmo ano, Oscar Wilde foi preso na Inglaterra. Embora, sem dúvida, tenha sido uma iniciativa pioneira, não havia lugar para as mulheres homossexuais, o que mostra que a discriminação continuava.

Em 1897 foi criada na Alemanha a primeira organização pelos direitos dos homossexuais e em 1919 Hirschfeld fundou o Instituto para a Ciência Sexual, que abrigou a maior biblioteca sobre a questão homossexual. Em 6 de maio de 1933 o instituto foi atacado e as 12 mil obras e mais de 35 mil fotos foram queimadas. Com a ascensão do nazismo, todo esse movimento de vanguarda foi eliminado. É o ano em que Hitler elimina Röhm e outros líderes da SA. A homofobia cresce apoiado na ideia de que só um povo que tivesse muitos filhos pode ser hegemônico. Em 1934, registram-se 766 condenações de homossexuais. Com a criação do *Escritório Central do Reich* para combater a homossexualidade, esse número subiu para 4 mil e, em 1938, são 8 mil condenações. Em 1937, o jornal *Das Schwärze Korps* denuncia a existência de 2 milhões de homossexuais e defende seu extermínio. Contudo, desde 1936 eles já eram enviados aos campos de concentração. Estima-se que 15 mil homossexuais tenham sido exterminados nesses campos, e que mais de 500 mil tenham morrido em prisões, em execuções sumárias, suicídios ou experimentos médicos.

Como vimos nesse exemplo, embora o movimento que surgiu no final do século XIX na Alemanha tenha sido pioneiro, a discriminação e o preconceito com as mulheres homossexuais estava presente. Isso sugere,

em minha opinião, que o preconceito sempre existiu em qualquer cultura.

Nesse sentido, a luta contra a homofobia não é fácil, pois, não raro, vemos aqueles que lutam efetivamente contra ela exibirem preconceitos e intolerância em outras áreas, sobretudo quando se sentem não contemplados em suas reivindicações. A grande luta, a meu ver, deveria ser contra a discriminação. Evidentemente que programas de ensino que discutam os direitos do cidadão podem propor uma reflexão que poderá levar a uma revisão de valores, diminuindo consideravelmente o preconceito. Mas, se estamos falando de direitos, alguém poderia alegar – como ocorreu em um debate de que participei – que ele tem o direito de não gostar disso ou daquilo. Ora, direito ele tem. Entretanto, o que não se justifica é a discriminação. Não é necessário lembrar o preconceito presente no interior dos movimentos gays contra algumas expressões da sexualidade: pessoas muito afeminadas ou masculinizadas, travestis, transexuais e outros tantos que trazem questionamentos à sexualidade do sujeito.

Acredito que aqui caiba uma crítica a alguns movimentos *gays*, tanto no Brasil quanto no exterior. Apoiados na existência de uma suposta “identidade homossexual”, esses movimentos criam guetos ideológicos que tocam a heterofobia. O mesmo ocorre com algumas sociedades de profissionais nos EUA, sobretudo na Califórnia, em que apenas homossexuais são admitidos, pois se defende que só homossexuais “entenderiam” os homossexuais. Como se os homossexuais fossem algo diferente, uma classe à parte, que necessitasse de medidas especiais. Não estariam, assim, revertendo sobre si o discurso do qual se dizem vítimas e perpetrando, mais uma vez, a violência simbólica que os discrimina?

Evidentemente, no que diz respeito às leis que garantam seus direitos de cidadãos e os protejam contra a segregação, a questão é outra. No sentido de um grupo, a identidade pode ser compreendida como um espaço político que possui um programa de ação atuante, uma luta comum, uma reivindicação. Trata-se da luta por direitos iguais. Nada impede que exista uma “união”, uma “identidade política” em torno de uma causa comum: contra a exclusão e em prol da cidadania, seja o sujeito gay ou não.

Como sabemos, a construção da psicosexualidade do sujeito é um longo processo que se dá por meio de identificações. Entre as identificações, encontra-se o sistema de valores, que é sempre uma construção que varia segundo a cultura e o momento histórico, que informa ao sujeito o que, naquela sociedade, é permitido, proibido,

incentivado, reprimido, e assim por diante. Faz parte desse sistema o modo de viver a sexualidade, ou seja, o que seria uma sexualidade “normal” e, por extensão, uma sexualidade “patológica” (leia-se: aquela que vai contra a socialmente aceita).

Em nossa cultura, aprendemos, desde que nascemos, que a única sexualidade lícita, correta, aceitável, é o modelo heterossexual. Ou seja, a cultura é heterossexista. As expressões da sexualidade que não se encaixam no modelo hegemônico são descartadas e, como vimos, até mesmo tratadas como doenças. O modelo homossexual de viver a afetividade e a sexualidade faz parte das sexualidades ditas desviantes. Esse valor negativo, assim como o positivo em relação às heterossexualidades, é introjetado pelo sujeito em constituição. Entendemos então, facilmente, o porquê da homofobia entre os próprios homossexuais¹⁰².

O discurso social constrói as referências simbólicas do masculino e do feminino e dita os parâmetros que definem a “sexualidade de normal”. Conseqüentemente, o sujeito homossexual, marcado pelos ideais da sociedade, se sente “desviante”, posto que excluído do discurso dominante. Os homossexuais nascem em uma sociedade cuja organização simbólica cedo lhes ensina que sua forma de viver a sexualidade é errada. Uma pessoa durante um processo analítico disse: “Primeiro aprendi que ser homossexual era anormal. Depois, descobri que era homossexual. Ou seja, que eu era anormal. O que fazer?” Esse, e inúmeros outros exemplos, traduzem a luta interna entre a verdade do sujeito e os valores socialmente introjetados.

Como vimos, somos condenados à identificação por falta de identidade, e os processos identificatórios são tributários do sistema de valores da cultura da qual emergem. É mediante todo esse processo que a cultura nos “humaniza”, mostrando, ao mesmo tempo, sua diversidade e desconstruindo a ideia de uma natureza intrínseca e reguladora.

102 - A introjeção da homofobia pode estar presente, por exemplo, naquelas pessoas que dizem que “a primeira coisa que faço quando conheço alguém é dizer que sou gay”. Ora, acredito que ninguém tenha a necessidade de falar, como apresentação, que é hétero. O mesmo vale em situações em que o sujeito reúne a família para contar que é gay e, ainda pior, desculpar-se, às vezes em prantos, pelo desgosto que traz à família. A esses exemplos, poderia acrescentar vários outros.

Nenhum indivíduo nasce “sexuado” e tanto a sexuação quanto a subjetivação e a identidade são produtos finais das relações que o recém-nascido estabelece com os outros (BUTLER, 1990). O fato de nascermos “sexualmente indiferenciados” faz que as diferentes expressões da sexualidade sejam tributárias das relações de poder – heterossexuais – responsáveis, entre outras coisas, pela homofobia.

Se, como nos informa a psicanálise (FREUD, 1915), a pulsão sexual não tem objeto fixo de satisfação, ninguém está ao abrigo de ser interpelado(a) por um objeto que evoque moções pulsionais homossexuais. Entretanto, a hegemonia discursiva dominante, que impõe a forma “correta” da sexualidade, inibe toda expressão da pulsão sexual que escape à norma socialmente construída. Ao criar uma camisa de força do tipo “ou x ou y”, ou heterossexual ou homossexual, a organização simbólica não apenas impede uma fluidez pulsional menos conflitual, como impõe um discurso dogmático estigmatizante, que classifica os sujeitos como normais ou desviantes a partir de sua orientação sexual.

Penso que é justamente neste ponto que alguma forma de ação pode ser feita. Ao longo de meu trabalho teórico-clínico, tenho sido chamado a dar conferências em escolas sobre questões do cotidiano ligadas à sexualidade. Observo que os projetos de “educação sexual” não propiciem espaço para que as sexualidades (insisto no plural) sejam discutidas, fazendo que não surtam efeito algum. O silêncio acerca da existência das diversidades pode fazer que uma corrente libidinal passe a ser sentida pelo sujeito como desviante. Ao sublinhar uma determinada forma de manifestação pulsional, o imaginário social, no qual a escola está imersa, está não apenas impedindo o curso sadio das pulsões sexuais, mas talvez – e isto pode ser perverso – direcionando a futura orientação sexual da criança.

Discutir e desconstruir os argumentos que sustentam a existência de uma sexualidade normal é a única maneira de propiciar um enfrentamento à patologização e à homofobia. Que este encontro permita assentar as bases para esta empreitada.

Obrigado pela atenção de vocês.

REFERÊNciAs

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. In: **BAGOAS** - estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, 2, 71-93, 2008

_____. A nova ordem repressiva. In: **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, 30 (4), 738-751, 2010.

_____. Mitos, sexualidade e repressão. In: **Revista Ciência e Cultura**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (no prelo).

CECCARELLI, Paulo R.; SALLES, Ana C. A invenção da sexualidade. In: **Reverso: Revista do Círculo Psicanalítico de M. G.**, ano XXXII, 60, 2010.

FOUCAULT, Michel. **La volonté de savoir**. Paris, Gallimard, 1976.

_____. (2000). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, Sigmund. (1915). Pulsões e destino da pulsão. In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, V. 1.

_____. (1917). O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: **Conferências introdutórias sobre a psicanálise**. E. S. B., 1976, X VI.

GIRARD, René. **Les origines de la culture**. Paris : Desclée de Brouwer, 2004.

GREGOR, Thomas. **Anxious Pleasures: the sexual lives of an Amazonian people**. Illinois: The University of Chicago Press, 1987.